

ACTA NÚMERO 06/XII/1ª SL

30 Agosto.2011 – 15h00

Aos 30 dias do mês de Agosto de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 11 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da acta

3. Comunicações do Presidente

4. Projecto de Lei n.º 07/XII/1ª do BE - Clarifica o conceito de promotor, previsto no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer – Inês de Medeiros – PS**

5. Projecto de Lei n.º 36/XII, do PCP - Extingue a Parque Escolar, Entidade Pública Empresarial e transfere o seu património para o Estado (Revogação do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de Fevereiro)

- **Apresentação da iniciativa pelo autor (PCP)**
- **Relator a indicar pelo PSD**

6. Projecto de Resolução n.º 39/XI/1ª – PCP – Recomenda a criação de uma carta educativa nacional

- **Discussão em Comissão**

7. Petição n.º 155/XI/2ª da iniciativa dos Encarregados de educação do Colégio Rainha D. Leonor - Contra os cortes orçamentais para as escolas com contrato de associação.

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputada Relatora: Heloísa Apolónia - PEV**

8. Petição n.º 156/XI/2ª da iniciativa do SOS – Movimento Educação - Pela revogação/alteração do Decreto-Lei n.º 138-C/2010, que altera o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputada Relatora: Heloísa Apolónia - PEV**

9. Petição n.º 159/XI/2.ª, da iniciativa de Ana Paula Silva Correia - Pretendem a suspensão imediata do actual modelo de avaliação do desempenho docente e a sua substituição por um modelo alternativo que apresentam

Petição n.º 11/XII/1ª, da iniciativa de Maria Teresa Peixoto Carneiro de Vasconcelos Solicitam a suspensão do actual modelo de avaliação de desempenho dos professores

- **Apreciação e votação dos relatórios**
- **Deputado Relator:** Acácio Pinto - PS

10. Petição nº 180/XI/2ª – Mário Caneva Magalhães Moutinho – Solicitam a alteração do regime de agência de avaliação e acreditação do ensino superior e da avaliação em geral

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputado Relator:** Duarte Marques – PSD

11. COM (2011)224 - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 521/2008 do Conselho relativo à constituição da empresa comum “Pilhas de Combustível e Hidrogénio”

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer** – Odete João – PS

12. COM (2011)289 - Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputada autora do parecer** – Conceição Pereira – PSD

13. COM(2011)366 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU Renovação do acordo entre a Comissão Europeia e o «Office of Science and Technology Policy» dos Estados Unidos da América, que institui uma Task Force para a Investigação em Biotecnologia

- **Apreciação liminar**
- **Distribuição para pronúncia da Comissão**
- Em caso de escrutínio, cabe ao PSD a indicação de relator.

14. Petição nº 178/XI/2ª - Raquel Pereira Henriques, Presidente da Associação de Professores de História - Em favor do ensino da História – 16h00

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado Relator:** Carlos Enes – PS

15. Petição nº 6/XII/2ª - Jorge Emanuel Duarte de Carvalho Martins - Pretende que o posto de comando do MFA seja classificado como monumento nacional – 16h30

- **Audição dos peticionários**
- **Deputada Relatora:** Inês Teotónio Pereira – CDS-PP

16. Plano de Actividades

17. Outros Assuntos

18. Data da próxima reunião

Dia 07.Setembro.2011 – 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação da acta

A Sra. Deputada Odete João (PS) solicitou a inclusão, no ponto 11 da acta, relativo ao Plano de Actividades, uma síntese da sua intervenção sobre este assunto, nos seguintes termos:

“A Sra. Deputada Odete João (PS) recomendou que as propostas de constituição de grupos de trabalho fossem apresentadas em conjunto no início de cada sessão legislativa para decisão, e não de forma avulsa, tendo sido decidido apreciar este assunto numa reunião da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares, a agendar oportunamente”.

Nesta sequência, a acta será revista e votada na próxima reunião da Comissão.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1. O Sr. Presidente lembrou que se encontram agendadas as Jornadas Parlamentares dos Grupos Parlamentares do CDS-PP e do PSD para os dias 5 e 6 de Setembro e 12 e 13 de Setembro, respectivamente.

Assim, a reunião da Comissão, prevista para o dia 6 de Setembro, passará para o dia 7, às 10h00, e a reunião de 13 de Setembro terá lugar no dia 14, às 10h00, pelo que se proporá o adiamento, para este dia, das audições no âmbito de *Guimarães 2012 – Capital Europeia da Cultura*.

- 3.2. Foi ainda apreciada a nota elaborada pela Sra. Deputada Nilza de Sena (apresentada na reunião anterior, mas não votada por ausência da autora no momento da votação), sobre a iniciativa europeia COM (2011)184 – Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a aplicação da Decisão n.º 1608/2003/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa às estatísticas em matéria de ciência e de tecnologia, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, verificando-se a ausência do PEV.

- 3.3. O Sr. Presidente deu conhecimento da sua participação na Conferência sobre Avaliação Tecnológica, que decorrerá em Bruxelas, no dia 7 de Setembro, pelo que será substituído na reunião da Comissão por uma das Sras. Vice-Presidentes.

- 3.4. Foram apreciados os cartazes da edição 2011/2012 do programa Parlamento dos Jovens, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade dos Deputados.

4. Projecto de Lei n.º 07/XII/1ª do BE - Clarifica o conceito de promotor, previsto no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

5. Projecto de Lei n.º 36/XII, do PCP - Extingue a Parque Escolar, Entidade Pública Empresarial e transfere o seu património para o Estado (Revogação do Decreto-Lei n.º 41/2007, de 21 de Fevereiro)

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projecto de Lei, chamando a atenção para o facto de a Parque Escolar constituir uma das empresas que mais tem contribuído para o

endividamento público, pela má gestão do património que lhe foi atribuído pelo Estado português.

Defendeu ainda que o Estado deverá assegurar a gestão do seu património, através de mecanismos próprios e com uma gestão racional dos recursos públicos.

19. Projecto de Resolução n.º 39/XI/1ª – PCP – Recomenda a criação de uma carta educativa nacional

A informação que resultou do debate em Comissão consta em anexo à presente acta.

20. Petição n.º 155/XI/2ª da iniciativa dos Encarregados de educação do Colégio Rainha D. Leonor - Contra os cortes orçamentais para as escolas com contrato de associação.

A Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

21. Petição n.º 156/XI/2ª da iniciativa do SOS – Movimento Educação - Pela revogação/alteração do Decreto-Lei n.º 138-C/2010, que altera o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo

A Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

22. Petição n.º 159/XI/2ª, da iniciativa de Ana Paula Silva Correia - Pretendem a suspensão imediata do actual modelo de avaliação do desempenho docente e a sua substituição por um modelo alternativo que apresentam

Petição n.º 11/XII/1ª, da iniciativa de Maria Teresa Peixoto Carneiro de Vasconcelos - Solicitam a suspensão do actual modelo de avaliação de desempenho dos professores

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) apresentou os relatórios, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

23. Petição n.º 180/XI/2ª – Mário Caneva Magalhães Moutinho – Solicitam a alteração do regime de agência de avaliação e acreditação do ensino superior e da avaliação em geral

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) começou por homenagear o Prof. Doutor Ramôa Ribeiro, falecido no dia anterior, lembrando o muito que fez pela educação e investigação em Portugal.

O Sr. Presidente associou-se às palavras do Sr. Deputado Duarte Marques, considerando que se perdeu uma grande figura da vida académica e científica nacional.

De seguida, o Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) apresentou o relatório. Após a intervenção do Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP), foi o mesmo aprovado por unanimidade.

24. COM (2011)224 - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 521/2008 do Conselho relativo à constituição da empresa comum “Pilhas de Combustível e Hidrogénio”

Por solicitação do Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD), a apreciação deste relatório foi adiada para a próxima reunião da Comissão.

25. COM (2011)289 - Proposta de DIRECTIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa a determinadas utilizações permitidas de obras órfãs

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) apresentou o relatório, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

26. COM(2011)366 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU Renovação do acordo entre a Comissão Europeia e o «Office of Science and Technology Policy» dos Estados Unidos da América, que institui uma Task Force para a Investigação em Biotecnologia

A Comissão deliberou, por unanimidade, não efectuar escrutínio em relação a esta iniciativa europeia.

27. Petição nº 178/XI/2ª - Raquel Pereira Henriques, Presidente da Associação de Professores de História - Em favor do ensino da História

- **Audição dos peticionários**

Os subscritores da Petição expuseram os fundamentos que presidiram à apresentação da Petição e que, em suma, se apresentam:

Consideram que História é, cada vez mais, uma disciplina estruturante e um saber indispensável para os indivíduos, contribuindo para o entendimento dos processos económicos e sociais e para a integração social e profissional. No entanto, tem-se registado, nos últimos anos, uma diminuição do seu peso curricular no ensino básico e, também, noutras áreas do ensino secundário, onde a História está ausente.

Manifestaram a sua discordância em relação ao regime do [Decreto-Lei nº 43/2007](#), de 22 de Fevereiro, que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência, considerando fundamental que seja alterada a formação inicial e contínua dos professores de História. Defendem que os futuros professores devem ter uma formação específica em História, ou seja, uma licenciatura nesta área científica.

Além do Sr. Presidente, entrevistaram os Srs. Deputados Maria Ester Vargas (PSD), Carlos Enes (PS), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Miguel Tiago (PCP) e Rita Calvário (BE), que apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares e dirigiram algumas questões aos peticionários.

Em resposta às questões colocadas, os peticionários defenderam a adequação dos programas aos diferentes documentos curriculares, pese embora considerem que esse não constitui o problema principal. Alertaram ainda para o facto de o Processo de Bolonha permitir que um professor da disciplina de História do ensino secundário não seja detentor de uma licenciatura nesta área científica e chamaram a atenção para o facto de existirem professores com formação em História que se encontram a leccionar a disciplina de Geografia e o inverso.

Por último, manifestaram a disponibilidade da Associação de Professores de História para colaborar com a Assembleia da República, no sentido de encontrar uma solução para a resolução destes problemas.

28. Petição nº 6/XII/2ª - Jorge Emanuel Duarte de Carvalho Martins - Pretende que o posto de comando do MFA seja classificado como monumento nacional

- **Audição dos peticionários**

Após uma breve resenha histórica do edifício, os subscritores da Petição manifestaram a sua preocupação em relação ao Núcleo Museológico do Posto de Comando do MFA, criado em 2001, por considerarem que não se encontra garantida a sua preservação, enquanto espaço de memória do 25 de Abril.

Assim, entendem que a classificação do Posto de Comando como “Monumento Nacional” ou “Tesouro Nacional”, constitui a única forma de dignificar e preservar aquele espaço.

Além do Sr. Presidente, intervieram na audição os Srs. Deputados Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Cristóvão Simão Ribeiro (PSD), Odete João (PS), Miguel Tiago (PCP) e Rita Calvário (BE), que apresentaram as posições dos respectivos Grupos Parlamentares e dirigiram algumas questões aos peticionários.

Em resposta às questões colocadas, os subscritores da Petição consideram não existir qualquer interferência da classificação patrimonial com o normal funcionamento e cumprimento da missão atribuída ao Regimento de Engenharia, como unidade militar, a que se refere o Estado-Maior do Exército, na comunicação endereçada à Comissão pela Câmara Municipal de Odivelas.

Esclareceram ainda que o pedido de classificação não foi, até ao momento, dirigido ao Igespar, pelo facto de o quartel se encontrar instalado em dois concelhos – Odivelas e Lisboa -, o que tem gerado algum impasse entre as duas autarquias.

Por último, consideraram que a solução poderia passar pela desanexação do edifício, entendendo que o importante será a preservação deste imóvel de interesse público.

29. Plano de Actividades

Foi agendada, para o dia 31 de Agosto, às 11h30, uma reunião da Mesa e Coordenadores dos Grupos Parlamentares, para apreciação do Plano de Actividades e das grelhas de tempos para audições em Comissão.

30. Outros Assuntos

O Sr. Presidente informou que receberá o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, no dia 31 de Agosto, pelas 15h15, uma audiência que será aberta a todos os Srs. Deputados que entenderem estar presentes. O assunto prende-se com a intenção de encerramento da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.

31. Data da próxima reunião

Dia 07.Setembro.2011 – 10h00

A reunião foi encerrada às 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de Agosto 2011

O PRESIDENTE

(José Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Jorge
Carlos Enes
Duarte Marques
Emídio Guerreiro
Helóisa Apolónia
Inês de Medeiros
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Calvário
Rui Jorge Santos
Carlos Zorrinho
Catarina Martins
Cristóvão Simão Ribeiro
Emília Santos
Inês Teotónio Pereira
Laurentino Dias
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria João Ávila
Maria Manuela Tender
Nuno Encarnação
Rosa Arezes

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Michael Seufert



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Informação

[Projecto de Resolução n.º 39/XII \(1ª\) – \(GP/PCP\)](#)

Discussão ocorrida nos termos do art.º 128.º n.º1 do RAR, em reunião da Comissão de 30/08/2011

Recomenda a criação de uma Carta Educativa Nacional

1. Doze Deputados do Grupo Parlamentar do PCP tomaram a iniciativa de apresentar o Projecto de Resolução (PJR) n.º 39/XII (1.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República a 27 de Julho de 2011, tendo sido admitida a 29 do mesmo mês, data na qual baixou à Comissão de Educação, Ciência e Cultura.
3. O Projecto de Resolução foi objecto de discussão na Comissão, na reunião de 30 de Agosto de 2011.
4. A discussão ocorreu nos seguintes termos:

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o Projecto de Resolução, que recomenda, em suma, que o Governo suspenda o reordenamento da rede escolar, resultante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010; que desenvolva uma Carta Educativa Nacional e que proceda à discussão dessa Carta, através de um projecto global, procedendo, posteriormente, à aplicação gradual da estratégia nela contida, salvaguardando a qualidade de vida das populações e as implicações do reordenamento da rede.

O Senhor Deputado considerou fundamental a existência de um planeamento da rede escolar mais centralizado, que reflecta uma estratégia política, como aliás existe para as restantes áreas. Assim, entende que se deve planificar e clarificar os critérios e as orientações políticas para a abertura, encerramento ou reorganização da rede escolar, processos estes que deverão contar sempre com a intervenção da comunidade.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) defendeu um reordenamento da rede escolar não impositivo, lembrando que o encerramento das 266 escolas anunciado pelo MEC mereceu, em regra, a concordância e mesmo o apoio de pais e autarquias. Recordou ainda que este Ministério suspendeu, na prática, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, o que prova o bom senso desta equipa ministerial.

Referindo-se concretamente ao ponto 1 do Projecto de Resolução, questionou o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) se o que pretende é a reabertura de escolas já encerradas.

Considerou ainda a Carta Educativa Nacional um documento útil, em termos de gestão, chamando, no entanto, a atenção para as diferentes visões que os vários partidos teriam sobre a mesma.

A Senhora Deputada Odete João (PS) considerou que o reordenamento da rede escolar, nomeadamente, o encerramento de escolas com menos alunos e a construção de centros escolares, iniciadas pelos anteriores Governos PS,

correspondeu a uma opção correcta. Tanto mais que o País, tem, hoje, melhores acessibilidades e os requisitos em termos de parque escolar são mais exigentes e necessariamente adequados aos desafios do futuro.

Lembrou ainda que a Resolução do Conselho de Ministros nº 44/2010 estabelece um conjunto de normas que estão a ser cumpridas e as diferentes situações estão a ser ponderadas e resolvidas a nível local, com a intervenção dos Directores Escolares, das autarquias e das associações de pais, entre outros.

Por último, considerou que um planeamento centralizado, como propõe o GP/PCP, não traria mais qualidade ao reordenamento da rede escolar e que a análise local de cada situação gera soluções mais adequadas ao cumprimento das normas em vigor.

A Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) considerou que o que prevê o Projecto de Resolução do PCP, em relação ao reordenamento da rede escolar, é o que está agora a ser efectuado e avaliado.

Defendeu ainda que a criação de uma Carta Educativa Nacional deverá ser precedida da actualização das cartas educativas municipais. Questionou ainda o GP/PCP sobre as vantagens e a mais valia de uma Carta Educativa Nacional.

A Senhora Deputada Rita Calvário (BE) considerou que o reordenamento da rede escolar tem por base critérios economicistas, que não se compadecem com uma boa política de educação. Afirmou ainda que, embora este Governo não tenha avançado com o processo de reordenamento, tal como previsto pelo anterior Governo, não se conhecem os critérios e orientações para o encerramento de escolas. Assim, entende que é necessário suspender este processo e repensá-lo, em articulação com a comunidade educativa e tendo em conta as cartas educativas que existem, considerando fundamental a existência de critérios claros e transparentes, que não correspondam apenas a uma visão economicista, mas que tenham em conta a qualidade do ensino.

Respondendo às questões colocadas, o Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) esclareceu que o que PCP propõe é que a decisão de encerramento de escolas não seja tomada em função de critérios economicistas, mas tendo sempre em conta a melhoria da qualidade do ensino. Lembrou ainda que uma das justificações que se utiliza para o encerramento de escolas tem a ver com a extinção das turmas mistas, quando em Lisboa, existem turmas com alunos de diferentes anos de escolaridade.

Em relação à Carta Educativa Nacional, reiterou o seu importante papel como instrumento de planificação, entendendo que o Ministério não poder ser um mero observador face à desertificação, cabendo-lhe um papel de intervenção sobre o território.

Lembrou, por último, a votação registada há poucos meses, em que CDS-PP e PSD votaram favoravelmente um projecto que recomendava a criação de uma Carta Educativa, pelo que disse estranhar as intervenções dos Deputados destes Grupos Parlamentares.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD) lembrou que a situação actual não é a mesma de há um ano, tendo questionado o PCP se manteria as escolas abertas nos locais onde foram criados os centros escolares.

A Senhora Deputada Odete João (PS) reiterou que o encerramento de escolas deverá ser avaliado localmente. Lembrou ainda que a constituição de turmas em cada escola é da responsabilidade do respectivo órgão de gestão.

5. Realizada a discussão, remete-se esta Informação a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação do Projecto de Resolução na sessão plenária, nos termos do n.º1 do art.º 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 07 de Setembro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(José Ribeiro e Castro)